



# DIREITO CONSTITUCIONAL

 **Estratégia**  
OAB

# 2º SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO DIREITO CONSTITUCIONAL

## ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

Olá, alunos do **Estratégia OAB!**

Sejam bem-vindos ao nosso *2º Simulado Online* para a **2ª fase do XXXV Exame de Ordem**. Esta rodada de temas **não terá uma correção individualizada**, conforme nosso cronograma de aulas.

Teremos uma correção online que acontecerá no sábado (dia 30.07.22), ao vivo às 14h, direto do canal do youtube do Estratégia OAB. Caso você não possa assistir, fique tranquilo. Nos dias seguintes à transmissão do evento, nossa equipe irá realizar a edição e o vídeo ficará vinculado à aula correspondente.

Orientações importantes:

1. *O simulado acontecerá nos moldes do edital XXXV Exame de Ordem. A peça processual equivalerá a 5,0 (cinco) pontos. O aluno deverá desenvolver um texto em forma de peça processual jurídica com, no máximo, 150 linhas. Para as respostas das questões discursivas, a extensão máxima do texto será de 30 (trinta) linhas para cada.*
2. *Procure realizar o simulado nas condições reais do dia da prova. (tempo, ambiente, material de consulta...lanche...enfim...rs)*

Um ótimo simulado a todos. ;)



FALE COM  
A GENTE!



diegocerqueira@estrategiaconcursos.com.br



<https://www.facebook.com/profdiegocerqueira/>



@profdiegocerqueira

## PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Foi noticiado em diversos jornais do Município Alfa, o fechamento de todas as agências do Banco Brasileiro S/A, sociedade de economia mista federal instaurada no referido Município dentro de 6 meses.

Tal notícia vem causando grande repercussão, pois inúmeros consumidores estão sendo lesados, já que a agência mais próxima será a do Município Beta, a 70 quilômetros de distância, ocasionando gastos e, conseqüentemente, alteração contratual não prevista inicialmente.

Em nota, o Banco Brasileiro S/A afirmou que não haveria prejuízo, pois os canais digitais permanecem em funcionamento normalmente. Ainda, afirmou agir com base na livre iniciativa, sendo descabida a ingerência do Estado.

Preocupada com o impacto da decisão da empresa sobre a população, a Associação STC “Somos Todos Consumidores” decidiu buscar uma orientação jurídica para tomar as providências necessárias. Cumpre destacar que a referida associação está em pleno funcionamento e foi constituída há 01 (um ano) e 06 (seis) meses para a defesa dos consumidores.

Isto posto, você na qualidade de advogado é contratado pela referida Associação para ingressar com a medida judicial cabível, visando inclusive evitar maiores danos aos consumidores (Valor 5,00).

# ESTRATÉGIA OAB

Direito Constitucional - Prof. Diego Cerqueira

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

# ESTRATÉGIA OAB

Direito Constitucional - Prof. Diego Cerqueira

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

# ESTRATÉGIA OAB

Direito Constitucional - Prof. Diego Cerqueira

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

# ESTRATÉGIA OAB

Direito Constitucional - Prof. Diego Cerqueira

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

# ESTRATÉGIA OAB

Direito Constitucional - Prof. Diego Cerqueira

121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150

## QUESTÃO DISCURSIVA 01

O Governador do Estado Y encaminhou à Assembleia Legislativa um novo projeto de lei ordinária. Além da criação de órgão vinculado à Secretaria de Educação e de cargos públicos para a execução de atividades junto a esse órgão, o projeto também estabeleceu a remuneração dos cargos criados. O referido projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa, mas sofreu duas emendas parlamentares. Na primeira, houve o aumento do número de cargos públicos previstos inicialmente. Isso trouxe um aumento da despesa. Na segunda, o regime jurídico dos servidores públicos em geral junto ao Poder Executivo foi modificado. O destaque é que tal regime é disciplinado por lei específica e esta não foi objeto do projeto de lei encaminhado. Com base no caso hipotético, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) É correto afirmar que a primeira emenda parlamentar é constitucional, uma vez que tem por objeto matéria prevista inicialmente no projeto de lei?
- b) A segunda emenda parlamentar é inconstitucional visto que tratou sobre tema estranho ao projeto inicial?

# ESTRATÉGIA OAB

Direito Constitucional - Prof. Diego Cerqueira

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO DISCURSIVA 02

Gabriel foi eleito Deputado do Estado X e, neste mesmo Estado, ele é titular de cargo de provimento efetivo do serviço público estadual. Quando estava para começar as suas atividades parlamentares, recebeu a seguinte informação do Departamento de Pessoal de sua repartição originária: deveria ser exonerado do cargo originário assim que iniciasse o exercício do mandato eletivo.

Fernanda foi eleita Vereadora e é titular de cargo de provimento efetivo do serviço público estadual. Assim como Gabriel, ela recebeu a informação sobre a exoneração do cargo originário.

Conforme a CRFB/88, responda fundamentadamente os itens a seguir.

- a) A orientação recebida por Gabriel está correta?
- b) É correto afirmar que Fernanda deverá ser exonerada?

# ESTRATÉGIA OAB

Direito Constitucional - Prof. Diego Cerqueira

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO DISCURSIVA 03

A Assembleia Legislativa do Estado Y notou a ocorrência de um “demandismo exagerado”. Por conta disso, houve a aprovação do projeto de lei com o seguinte conteúdo: a parte vencida somente poderia interpor recurso contra decisão proferida no âmbito de Juizado Especial Cível se efetuasse o depósito prévio de 100% (cem por cento) do valor da condenação. O Governador não vetou o projeto. Assim, este foi convertido em lei. O Partido Político “União”, com apenas um representante no Congresso Nacional, pretende ingressar com a medida judicial objetiva cabível para que a referida lei seja julgada inconstitucional.

Diante da situação apresentada, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) Há alguma inconstitucionalidade na referida lei? Justifique.
- b) Qual seria a medida judicial adequada a ser utilizada pelo Partido Político “União”?

# ESTRATÉGIA OAB

Direito Constitucional - Prof. Diego Cerqueira

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO DISCURSIVA 04

Um servidor da Assembleia Legislativa do Estado W impetrou mandado de segurança contra ato intitulado de ilegal e abusivo praticado pelo Presidente da Assembleia. A competência para o julgamento é da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que deixou de aplicar a lei federal que daria respaldo ao ato praticado. De forma expressa a Câmara entendeu que a aplicação da lei em questão ensejaria a prolação de uma decisão injusta e por isso declarou a nulidade do ato.

Nesse sentido, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) Houve violação a cláusula de reserva de plenário?
- b) Preenchidos os requisitos exigidos, qual é a medida constitucional passível de ser ajuizada pelo interessado para impugnar a decisão proferida perante o Supremo Tribunal Federal?

# ESTRATÉGIA OAB

Direito Constitucional - Prof. Diego Cerqueira

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

